CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA**Aviso**

Alfredo de Oliveira Henriques, presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, nos termos e para efeitos do preceituado no artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, por remissão do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, torna público que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira vai proceder à abertura do período de discussão pública do pedido de licenciamento de alvará de loteamento, que corre os seus termos sob:

Processo n.º 932/2005.
Requerente — Município de Santa Maria da Feira.

Os prédios a lotear estão descritos na Conservatória do Registo Predial de Santa Maria da Feira sob os n.ºs 01128/230997 e 00305/210489 e inscritos na matriz rústica sob os artigos 80 e 81, da freguesia de Fiães, deste concelho.

A discussão pública decorrerá pelo período de 15 dias úteis e iniciar-se-á 8 dias úteis após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, podendo os interessados consultar o processo de licenciamento e respectivos pareceres e informações técnicas no Departamento Jurídico e Administrativo da Câmara Municipal, sita no Largo da República, em Santa Maria da Feira, durante o horário normal de expediente (das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 17 horas e 30 minutos).

No caso de oposição, os interessados podem apresentar, por escrito, a sua exposição, devidamente fundamentada, através de requerimento dirigido ao presidente da Câmara.

17 de Agosto de 2006. — O Vereador (por delegação), *Emídio Sousa*.
3000214854

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO**Aviso****Nomeações**

Em cumprimento do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que esta Câmara Municipal nomeou, após terem sido dispensadas da frequência de estágio de ingresso, por estarem reunidos os requisitos que o permitem, conforme jurisprudência do Tribunal de Contas constante nos Acórdãos n.ºs 87/96 e 100/98, de 5 de Maio — 1.ª S/SS, as seguintes estagiárias:

Por meu despacho de 1 de Agosto de 2006, para um lugar de especialista de informática do grau 1, nível 2, do quadro deste município, *Sílvia Manuela da Costa Ferreira Tavares*.

Por meu despacho de 21 de Agosto de 2006, para um lugar de técnico superior de serviço social de 2.ª classe, do quadro deste município, *Cristina Maria Veloso Rego Bayam*.

Por meu despacho de 21 de Agosto de 2006, para dois lugares de técnico superior de 2.ª classe, do quadro deste município, *Blandina Alexandra Ferreira Santos* e *Guida Maria Pires Reis Neto*.

As referidas candidatas deverão tomar posse no prazo de 20 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

23 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *António Alberto Castro Fernandes*.
1000305192

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL**Aviso**

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do vice-presidente, na ausência do presidente da Câmara datado de 9 de Agosto de 2006, foi deferido o pedido de rescisão do contrato de trabalho a termo resolutivo certo, celebrado com *Nelson Ricardo Mendonça Pires*, a exercer funções de auxiliar administrativo, com efeitos a 15 de Agosto de 2006.

23 de Agosto de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *Vitor Manuel Martins Guerreiro*.
1000305199

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do vice-presidente, na ausência do presidente da Câmara datado de 7 de Agosto de 2006, foi deferido o pedido de rescisão do contrato de avença celebrado com *Isabel Maria Guido Lacerda da Silva*, licenciada em Psicologia Clínica, com efeitos a 11 de Agosto de 2006.

23 de Agosto de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *Vitor Manuel Martins Guerreiro*.
1000305200

Aviso

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do vice-presidente, *Vitor Manuel Martins Guerreiro*, na ausência do presidente da Câmara, foram prorrogados os prazos dos contratos a termo resolutivo certo com *Aida Filipa Gomes Cristina* e *Francisca Assunção Frangão Chanfana*, a exercerem funções equiparadas a auxiliar administrativo, por mais 18 meses, a partir de 3 de Setembro de 2006.

23 de Agosto de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *Vitor Manuel Martins Guerreiro*.
1000305202

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL**Aviso n.º 73/DRH/SR-2006**

Concurso externo de ingresso para provimento de 19 vagas na categoria de auxiliar de serviços gerais — referência 14/2004.

Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal de 22 de Agosto de 2006, e na sequência do concurso externo de ingresso, aberto através do aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 177, de 29 de Julho de 2004, foi nomeada, provisoriamente, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na categoria de auxiliar de serviços gerais, a candidata *Maria Azevedo Martins Dias*, ficando posicionada no índice 128, escalão 1, devendo a mesma tomar posse no prazo de 20 dias, contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Não carece de visto do Tribunal de Contas, nos termos da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

23 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Alfredo José Monteiro da Costa*.
3000214895

Aviso n.º 74 DRH/SR-2006**Exoneração**

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do vice-presidente da Câmara Municipal datado de 11 de Agosto de 2006, foi autorizado o pedido de exoneração de *Luís Coelho Saleiro*, com efeitos reportados a 4 de Agosto de 2006.

23 de Agosto de 2006. — O Presidente da Câmara, *Alfredo José Monteiro da Costa*.
3000214896

CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES NOVAS**Aviso**

Discussão pública do processo de alterações ao alvará de loteamento em nome de URBITORRES — Empreendimentos Imobiliários, L.ª, sito em Cancela do Leão/Santa Maria/Torres Novas.

António Manuel de Oliveira Rodrigues, presidente da Câmara Municipal de Torres Novas, torna público, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e em conformidade com a deliberação de Câmara Municipal de 18 de Julho, decorrerá um período de discussão pública de 30 dias, com início no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*, relativo ao projecto da alteração ao alvará de loteamento n.º 1/97, em nome de